

Título do projeto de pesquisa	a) A gestão do problema público da violência contra mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica: O caso do CRAS João Cabral em Juazeiro do Norte.
Grande área segundo o CNPq	Ciências sociais/sociologia
Grupo de pesquisa vinculado ao projeto	Laboratório de estudos em violência e segurança pública
Linha de pesquisa de grupo de pesquisa vinculado ao projeto	Violência
Categoria do projeto	<input type="checkbox"/> projeto em andamento, já cadastrado na PRPI <input type="checkbox"/> projeto não iniciado, mas aprovado previamente <input checked="" type="checkbox"/> projeto novo, ainda não avaliado
Palavras-chave	Violência contra a mulher, políticas públicas, assistência social.

b) Introdução

A violência contra a mulher é um problema público histórico cada vez mais pautado na agenda política contemporânea. O Caderno Temático com dados da Violência contra a Mulher no Cariri¹ contabilizou 2.299 casos no ano de 2016 sendo os dados obtidos através da Delegacias de Defesa da Mulher, Centro de Referência da Mulher e setores de vigilância

¹ Publicação feita pelo Observatório da violência e dos direitos humanos da Universidade Regional do Cariri.

epidemiológica². O fenômeno da violência contra a mulher em suas dinâmicas locais está cotidianamente presente nos relatos, denúncias e vivências de mulheres que experimentam formas de violência física e psicológica, seja no contexto doméstico e familiar, seja em outros meios sociais. Na linha de frente de abordagem sobre esse fenômeno, atuam equipamentos com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O presente projeto tem como objeto analisar a gestão e funcionamento dessa política pública, focando especialmente nas ações de prevenção e apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e vítimas de violência doméstica.

Como *lôcus* da pesquisa delimitamos o funcionamento do CRAS responsável pelo território do bairro João Cabral em Juazeiro do Norte³. O bairro João Cabral possui altas taxas de densidade populacional e indicadores de vulnerabilidade socioeconômica, tendo graves problemas de saneamento, infraestrutura e segurança. O equipamento é considerado pelos operadores de assistência social como um dos mais ativos que atua na cidade, também pelo grande contingente de demandas oriundas do território. Uma das principais demandas identificadas estão ligadas ao problema da violência contra a mulher.

Atualmente, O CRAS responsável pelo território do bairro João Cabral possui uma equipe multidisciplinar que é composta por: 01 psicóloga, 01 assistente social, 01 assistente administrativa, 01 secretaria e, por fim, 04 estagiários e parceiros. Além das atividades técnicas do CRAS, há um grupo aproximadamente de 30 mulheres que se reúnem todas as quintas feiras que recebe atenção dessa equipe. Esse público atendido pelo CRAS encontra-se em situação de vulnerabilidade social e é formado por mulheres que sofreram ou sofrem algum tipo de violência.

Para a abordagem científica do problema em tela, deve-se compreender que a violência contra a mulher abrange dimensões econômicas, políticas e culturais. Na discussão conceitual sobre o tema das relações de gênero, devemos entender que essa categoria de análise social envolve comportamentos, relações sociais e principalmente, a definição do lugar social de homens e mulheres expressa em diversas formas de organização social e culturas diferentes ao longo do tempo (SCOTT, 1995).

² Alguns casos de assassinato de mulheres na região foram enquadrados como feminicídio e tiveram grande repercussão midiática e comoção social.

³ A cidade de Juazeiro do Norte, situada no cariri cearense, atualmente possui a população na faixa de 249.939 habitantes. Segundo dados publicados pelo portal G1, em 2018 o Ceará tem quatro cidades – Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Juazeiro do Norte – entre as 123 com maior taxa de homicídio no Brasil.

No Brasil, cotidianamente mulheres enfrentam ainda a desigualdade em relação aos homens e formas de violência (desde as mais sutis, as mais fortes) apenas por sua condição de gênero. Esse cotidiano tem sido combustível para processos de organização política e produção de mecanismos de representação dos interesses desse grupo na sociedade. O movimento feminista, por exemplo, viabilizou a formulação de políticas, incluindo e valorizando o lugar social da mulher último século (PORTO, 2014).

A “Lei Maria da Penha” (Lei nº. 11.340, 2006), desde sua promulgação, tem fomentado espaços institucionais de cuidados com a mulher e dado mais visibilidade pública à violência doméstica e suas consequências. Embora possamos verificar avanços no enfrentamento deste problema, inclusive no reconhecimento político do problema, ainda aparecem muitos desafios na garantia de dignidade, proteção e conquistas, sobretudo quando consideramos os alarmantes índices de violência contra a mulher no Brasil, cuja região do cariri, no Ceará, expressa dimensões particulares dessa configuração.

Nesse contexto, a maior parte das políticas públicas que atuam no problema da violência contra a mulher orbitam em torno da Lei Maria da Penha (Lei Nº11340/06), promulgada em 2006. A lei traz em seus marcos a defesa da dignidade e vida das mulheres, garantindo sua proteção e os espaços institucionais, tanto para a denúncia, quanto para ramificação de ações no âmbito da assistência social. Neste último ponto, o Centro de Referência em Assistência Social - CRAS e o Centro de Referência Especializada em Assistência Social- CREAS⁴ podem ser destacados como importantes espaços na garantia de atenção às necessidades básicas e o reconhecimento do marco regulatório no país sobre as ações mínimas para a garantia de vida digna do cidadão.

Qualquer abordagem sobre o fenômeno da violência contra a mulher deve estar atenta a sua polissemia e nas muitas formas como o fenômeno se manifesta e é percebido na cena social. Algumas dessas dimensões são objeto de atenção no nosso projeto. A violência psicológica é uma das expressões subjetivas que tem sido pouco observada como relevante no enfrentamento público, “o sofrimento psíquico e seu efeito cumulativo podem vir a desenvolver doenças psicossomáticas variadas; a depressão, por exemplo, é a mais comum.” (FONSECA,

⁴ Segundo Nery (2009, pág.67), o reconhecimento constitucional da assistência social se deu principalmente a partir da Constituição de 1988, que de certa, forma difundia a ascensão de uma nova forma de olhar do governo para as camadas mais pobres da população. Contudo, somente em 1993 foi promulgado o marco regulatório sobre a assistência social no país. Os órgãos citados estão ligados ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, criado com base no Art. 6º da Lei Nº 8742, que prevê uma gestão descentralizada e participativa.

D. H., RIBEIRO, C. G., & LEAL, N. S. B, 2012). Esse contexto de sofrimento psíquico relacionado à violência contra a mulher é compartilhado por muitas mulheres que carregam além das marcas no corpo, sequelas psicológicas duradouras, que, muitas vezes, impossibilitam o seu rendimento social.

Uma das hipóteses de nossa pesquisa é que essas questões ainda são pouco trabalhadas no tratamento social dessas implicações, considerando o contexto das intervenções para mulheres em situação de violência. Nessa direção, tal dimensão não recebe ainda a atenção adequada perante a sociedade, perante o poder público e perante as próprias vítimas, que, muitas vezes, não se reconhecem como sendo peças fundamentais desse processo.

A dimensão da violência física, que é aquela mais visível quando abordamos o problema, conforme observado pela literatura, está muito arraigada com a desigualdade de gênero, historicamente tendo o homem como centro da organização social. Como observa Beiras et al., “a legislação atual, ao proteger as mulheres em dadas situações, o que faz é coibir abusos, impor limites a abusos machistas e mantenedores da ordem patriarcal, vigente há anos.”(BEIRAS, A., MORAES, M., ALENCAR-RODRIGUES, R., & CANTERA, L. M., 2011).

A agressão física não é apenas um ato momentâneo, mas já tem suas raízes nas estruturas sociais mais amplas que tem na história local fortes traços de legitimação cultural pelos valores tradicionais na ordem social (BOURDIEU, 2007). Por muito tempo, e ainda hoje, o tema da violência doméstica não foi tratado no foro público, sendo pensado como um problema da intimidade familiar e, portanto, negligenciada e silenciada em sua relevância social. Ainda sobre esse ponto, Marques (2013) descreve como operadores da segurança pública e jornalistas reproduzem a naturalização da resolução violenta dos conflitos afetivos de homens e mulheres.

Estima-se uma forte subnotificação das ocorrências de violência contra a mulher devido a tais fatores. Esses aspectos devem ser considerados também para a compreensão desse fenômeno e suas percepções sociais. Toda essa complexidade apresenta novos desafios para avaliar a implementação de políticas públicas voltadas para a questão da violência contra a mulher. O CRAS(Centro de Referência e Assistência social) em nosso recorte do projeto é um equipamento público que atua na linha de frente no atendimento a mulheres em situação de violência e vulnerabilidade socioeconômica. Através da condução da pesquisa nesse espaço,

podemos observar as ações que prestam assistência social, visualizando estratégias de gestão e os relatos de mulheres vítimas de violência doméstica. Trata-se de uma importante imersão para compreender a própria questão da cidadania e o papel das políticas públicas nesse processo.

c) Objetivos e metas a serem alcançados

Objetivo Geral

Analisar o funcionamento da política pública do CRAS de Juazeiro do Norte para a promoção do desenvolvimento social de mulheres em situação de violência e/ou vulnerabilidade socioeconômica.

Objetivos Específicos

- Observar as ações do CRAS João Cabral em Juazeiro do Norte sobre casos de violência contra a mulher;
- Mapear o perfil das mulheres que frequentam o CRAS de Juazeiro do Norte;
- Descrever os processos de organização e gestão do equipamento público do CRAS;
- Analisar a avaliação que as mulheres fazem sobre o CRAS João Cabral.

d) Metodologia a ser empregada

O presente projeto de pesquisa é inspirado no artesanato intelectual, expressão cunhada pelo sociólogo Wright Mills, de acordo com ele, o “artesão intelectual produz as teorias

e métodos necessários para o trabalho que está sendo feito, à medida que vai sendo feito — isto é, à medida que vai trilhando seus caminhos de pesquisa.” (MILLS, 2009). Nesse sentido, *o artesanato sobre a violência contra a mulher tendo por base os sujeitos e as ações promovidas a partir do equipamento público CRAS João Cabral, faz a opção pela abordagem qualitativa.*

Como concebe Minayo, a metodologia deve ser entendida como a combinação “das concepções teóricas de abordagem” com “o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.” (MINAYO, 2001). A pesquisa qualitativa contempla a relação de conhecimento do sujeito pesquisador com o sujeito pesquisado, lidando com dados subjetivos, podendo, assim, tomar parte dos detalhes humanos que passam despercebidos em dados quantitativos. (GODOY, 1995). O trabalho de campo consiste em captar o fenômeno estudado a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

Há quantidade significativa de mulheres vítimas de violência que buscam auxílio do CRAS nesse território. O fato do equipamento estar no território das vítimas, permite grau de aproximação melhor e pode facilitar a construção de relações de confiança com os profissionais. Essa situação em si já é bastante importante para o desenvolvimento do trabalho de campo, pois coloca o pesquisador diante de uma política pública e sua interação com suas clientelas vítimas de violência em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse sentido, o trabalho de campo torna-se elemento-chave para o presente projeto de pesquisa, segundo Godoy (1995), a construção de relações de conhecimento no campo de pesquisa torna possível o contato com seus valores, significados, relações e práticas a partir da intensidade do contato com o grupo investigado.

Para a produção de dados em campo que permitam a interpretação do fenômeno será necessário a realização de entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Essa é uma técnica fundamental, pois “a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos nas falas dos atores sociais.” (MINAYO, 2001, p.57). Assim, será possível entender melhor quem são as mulheres vítimas de violência que frequentam o equipamento CRAS no território. Na utilização dessa técnica, daremos preferência ao modelo de entrevista semiestruturada, pois permite maior flexibilidade.

Outra técnica de pesquisa que elegemos é a observação participante que é desenvolvida por meio “do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter

informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto.” (MINAYO, 2001, p.59). Entendemos que por meio dessa investida, tanto possam ser sistematizados os relatos sobre violência dos sujeitos da pesquisa, quanto as relações entre a equipe do CRAS e as mulheres atendidas.

Além dos dados primários, serão sistematizados, documentos, publicações oficiais, dados estatísticos oriundos de outras fontes por meio da análise documental. Também elaboraremos uma hemeroteca sistematizando notícias sobre a violência contra a mulher na região do cariri durante o período de 2018-2020.

A descrição dos dados construídos durante a pesquisa será por meio do uso sistemático dos diários de campo produzidos junto às mulheres vítimas de violência, tendo, inicialmente, como lócus as instalações do CRAS do João Cabral. Após isso, os dados serão sistematizados, analisados e descritos em forma de resultados para o relatório final da pesquisa.

e) Principais contribuições científicas, tecnológicas ou de inovação da proposta.

A seguir, expomos as principais contribuições científicas com potencial de intervenção pública para a questão da violência contra a mulher no território. Entendemos que esse legado possa ser replicado para outras realidades. A seguir, descrevemos possíveis contribuições a serem alcançadas, seguidas de uma descrição do seu impacto.

C 01 - Criação de base de dados pública sistematizando os achados da pesquisa sobre a violência contra a mulher no território

Após a realização da pesquisa, os dados monitorados sobre violência contra a mulher, seja oriundo de fontes secundárias, seja de fontes primárias, ficarão à disposição do público interessado. Isso irá gerar um banco de dados que poderá compor futuramente novas fontes de pesquisas e servir como material de consulta aberto a atores da gestão pública e da sociedade civil.

C 02 – Aprimoramento dos mecanismos de participação e integração das demandas da comunidade no CRAS.

Ao pensar as formas de organização por parte do equipamento público em tela e a relação com seu público, os resultados do projeto podem fomentar a institucionalização de mecanismos que permitam a construção de confiança, sobretudo entre a equipe e as mulheres atendidas. Esse impacto é interessante por fornecer elementos para pensar a integração da assistência social com o território e outras políticas setoriais que atuem nas demandas da população (saneamento, segurança, infraestrutura, moradia etc.).

A atenção da universidade, em particular por meio da atividade de pesquisa, deve fomentar formas de interação social, solidariedade, participação política para um debate público sobre o tema da violência contra mulher, bem como fornecer subsídios para elaboração de estratégias e práticas que contribuam para atenuação do problema.

C 03 – Fortalecimento da articulação entre o CRAS e instituições públicas, privadas e da sociedade civil

A situação de vítima de violência, sobretudo no caso de mulheres, merece uma atenção intersetorial, uma vez que os danos causados atuam em várias frentes. O acesso a emprego e renda, a segurança alimentar, segurança e justiça, saúde, lazer etc. depende da articulação entre órgãos que lidam com essa problemática. Ao compreender os mecanismos de gestão operados no cotidiano do CRAS, os dados da pesquisa podem vislumbrar atores da sociedade civil, da iniciativa privada e do poder público que podem atuar de forma mais integrada e conectada. Instituições como a Delegacia de Defesa da Mulher, Ministério Público, Secretaria de Saúde, Secretaria de Justiça, órgãos da sociedade civil como a Frente de Mulheres do Cariri e empresas privadas que recebam subsídios da Gestão Municipal e Governo do Estado, podem atuar nas diversas frentes que compõe os problemas enfrentados pela vítima de violência doméstica em situação de vulnerabilidade.

Meta 04 - Avaliação e um Plano de Melhorias para o equipamento público do CRAS.

Os dados da pesquisa darão subsídios para uma avaliação sistemática sobre a atuação do CRAS analisado acerca problema da violência contra a mulher no complexo território do bairro João Cabral. Isso pode ser feito por meio dos registros da observação participante e das entrevistas com os sujeitos da pesquisa. A partir desses dados, podem ser gerados indicadores úteis para avaliação do serviço público prestado e o resultado das ações do equipamento. Através dessa avaliação, um plano de melhorias, considerando processos de curto, médio e longo prazo na melhoria desse serviço público pode ser elaborado.

Por fim, a pesquisa traz ganhos no sentido de formação de recursos humanos para atuação na pesquisa científica. Para os discentes da Universidade envolvidos com o projeto pode-se ressaltar a possibilidade de alargamento dos horizontes de pesquisa e intervenção, uma vez que, o debate estimula a construção de novos temas, problemas e objetos. Para os outros sujeitos relacionados, como no caso do poder público e da comunidade, entende-se que os resultados do projeto poderão gerar novas formas de interpretar e agir diante do problema da violência contra a mulher e seus efeitos. A atividade de pesquisa sugere, pois, uma micropolítica do cotidiano com base nas experiências locais, nas memórias, identidades e afetividades dos grupos afetados por essas expressões da “violência difusa” (BARREIRA, 2011), muitas vezes, tratada de forma naturalizada e fatalista.

f) Cronograma

Atividade	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12

Geral:

Prestar apoio administrativo e operacional ao projeto, atuando no levantamento e análise de dados primários e secundários sobre tema do projeto e organização do grupo de estudos sobre o tema do projeto.

Específicos:

- Realizar levantamento de dados primários e secundários sobre o projeto;
- Organizar grupo de estudos sobre o tema na Universidade;
- Auxiliar o trabalho de campo junto aos sujeitos e organização pesquisada.

Metodologia:

Trabalho de 12 horas semanais auxiliando na proposta metodológica do projeto sistematizando dados utilizando fontes primárias e secundárias.

Cronograma de atividades:

[illegible]

Referências

Livros e artigos

- BEIRAS, A., MORAES, M., ALENCAR-RODRIGUES, R., & CANTERA, L. M. (2012). Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. **Psicologia & Sociedade**, 24(1), 36-45.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007
- DAHLBERG, Linda L. KRUG Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11(Sup), Atlanta/GA, 2007.
- FONSECA, D. H., RIBEIRO, C. G., & LEAL, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, 24(2), 307-314.
- GODOY, Arilda Schmidt. **PESQUISA QUALITATIVA TIPOS FUNDAMENTAIS**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade em questão**. Livro: A identidade cultural da pós modernidade. 10º edição. DP&A editora.
- LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliana Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 08, n. 02, p. 199-210, jul./dez. 2005
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PORTO, Madge. A Permanência de Mulheres em Situações de Violência: Considerações de Psicólogas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Jul-Set 2014, Vol. 30 n. 3, pp. 267-276 .
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade, Porto Alegre**, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995. Livro emprestado

Sites

Caderno Temático com dados da Violência contra a Mulher no Cariri será lançado na tarde desta quarta-feira (2), na URCA. Acesso em: 26 de Junho de 2018. Disponível em: <http://www.urca.br/novo/portal/index.php/latest-news/44794-caderno-tematico-com-dados-da-violencia-contra-a-mulher-no-cariri-sera-lancado-na-tarde-desta-quarta-feira-2-na-urca>.

População João Cabral - Juazeiro de Norte. Acesso em: 26 de Junho de 2018. Disponível em: http://populacao.net.br/populacao-joao-cabral_juazeiro-do-norte_ce.html

Duas das 50 cidades mais perigosas do mundo estão no Ceará. Acesso em: 26 de Junho de 2018. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/duas-das-50-cidades-mais-perigosas-do-mundo-estao-no-ceara/>.

Leis

LEI Nº 11340. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. 2006.